

APRESENTAÇÃO

Não se pode falar de gestão de documentos como um conceito único e de aplicação universal, uma vez que de sua elaboração e desenvolvimento participaram fatores determinantes, em que se destacam uma dada e específica tradição arquivística, e também administrativa, e um contexto histórico e institucional. Não se pode falar, ainda, de um modelo de gestão de documentos, mas de diversidades que se produziram com as práticas em diferentes países.

Se a explosão documental, nos anos 1940 e 1950, havia trazido para a arquivologia uma redefinição da disciplina e dos profissionais que nela trabalhavam, a constatação que se tem, desde o final do século XX, com a crescente automação do processo produtivo e o uso intensivo dos recursos tecnológicos, na geração, processamento, armazenamento, acesso e preservação dos documentos de arquivo, é que novos, maiores e complexos desafios vêm se impondo aos profissionais, aos arquivos e a essa área do conhecimento.

A proposta do *Dossiê temático* sobre gestão de documentos muito tem a ver com a trajetória profissional das organizadoras e as transformações ocorridas no cenário arquivístico brasileiro.

A trajetória profissional teve início, na década de 1980, dentro do Programa de Modernização Institucional e Administrativa do Arquivo Nacional, quando passaram a integrar o grupo de trabalho, denominado Grupo de Identificação de Fundos Externos (Gife), que tinha como objetivo realizar um diagnóstico sobre a situação dos serviços de arquivos dos órgãos e entidades da administração pública federal, localizados na cidade do Rio de Janeiro, para identificar a documentação que seria passível de transferência e recolhimento à instituição.

A situação identificada nos serviços públicos de arquivo não foi nada animadora, pois na maior parte deles encontrou-se documentação acumulada sem qualquer tratamento técnico, instalações físicas sem qualquer infraestrutura que garantisse a guarda e preservação dos documentos, eliminação aleatória dos documentos, além da ausência de mão de obra qualificada.

Nesse primeiro contato com a administração pública e até mesmo hoje, passados mais de trinta anos, a complexidade desses serviços e, em alguns casos, as suas especificidades sempre despertaram a preocupação com os enormes desafios para a superação de obstáculos na implementação de ações de gestão de documentos.

No Brasil, somente a partir do preceito constitucional de 1988, que contemplou o dever da administração pública de assumir a gestão da documentação governamental, e da promulgação da Lei de Arquivos, de 1991, que introduziu o conceito de gestão de documentos, é que se pode afirmar que, de fato, se começou a investir na elaboração de normas arquivísticas e de instrumentos técnicos que possibilitariam o controle do ciclo de vida dos documentos, acompanhados da organização, classificação, avaliação e destinação dos conjuntos documentais que viessem alcançar a guarda permanente. Cabe ressaltar, contudo, que essa recomendação já se encontrava prescrita nos manuais norte-americanos, traduzidos para a língua portuguesa, desde os anos de 1960.

Essa foi a razão que norteou a escolha do texto que integra a seção *Documento: “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”* de Theodor Roosevelt Schellenberg, denominação dada ao relatório de visita entregue ao então diretor-geral do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, em março de 1960. Nesse relatório, Schellenberg expõe com clareza a situação do Arquivo Nacional e da administração pública federal, em processo de transferência para a nova capital do país, como também indica com muita perspicácia os caminhos que deveriam ser seguidos para superação dos problemas por ele apontados e que reforçavam, de certa maneira, aqueles já identificados, à época, pela direção da instituição.

Para que fosse possível traçar um painel de reflexões que demonstrasse a diversidade de práticas nacionais e internacionais na área e que, também, oferecesse aos leitores, não só os avanços alcançados por algumas experiências consolidadas, mas, também, os enormes desafios a serem enfrentados pela gestão, preservação e acesso, a longo prazo, aos documentos de arquivo, é que foram convidados os autores que compõem a entrevista, o dossiê temático e as resenhas.

A *entrevista* com a professora Luciana Duranti historiciza as pesquisas desenvolvidas pelo Projeto InterPARES (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Permanentes Autênticos em Sistemas Eletrônicos) ao longo dos últimos vinte anos e destaca os estudos, mais recentes, com os documentos arquivísticos digitais e os dados confiados à internet.

O artigo de José Maria Jardim, que abre o dossiê temático, proporciona uma reflexão a respeito das diferenciadas percepções do conceito de gestão de documentos em razão das perspectivas teóricas e práticas internacionais e da universalização conquistada com a norma ISO 15489:2001. Aponta, ainda, brevemente, as transformações no cenário arquivístico brasileiro revisitando seu texto, ‘pioneiro’, sobre essa questão na literatura nacional, publicado na *Acervo*, em 1987.

Os artigos de Llansó Sanjuan e Bustelo Ruesta apresentam uma análise precisa e concisa do surgimento e aplicação, no panorama internacional, das normas de gestão de documentos, respectivamente, a ISO 15489:2001 e a série de normas ISO 30300. Cabe assinalar, aqui, que só recentemente essas normas estão sendo objeto de tradução pela instituição brasileira responsável pela normalização técnica.

Diane Carlisle, da ARMA International, destaca o fator desempenhado pelas tecnologias na renovação da gestão dos documentos e Barbara Reed relata a experiência australiana para a manutenção dos documentos digitais e ‘provoca’ a todos para tornar essa tarefa mais atraente.

Alberch i Fugueras enfatiza o caráter interdisciplinar da implementação de um sistema de gestão de documentos, elencando os requisitos necessários e compatíveis para seu sucesso evitando, dessa forma, que se caia numa armadilha e este se transforme num verdadeiro quebra-cabeça.

O artigo de Pedro Penteado apresenta os desafios da gestão de documentos de arquivos na administração pública em Portugal a partir do exame cuidadoso da situação dos arquivos da administração central do Estado.

Ramirez Deleón assinala em seu artigo que a “questão arquivística” mexicana passa por um divisor de águas desde a emissão da legislação federal sobre transparência, acesso à informação pública, proteção de dados e prestação de contas e que isso tem contribuído cada vez mais para o reconhecimento do papel dos arquivos no fortalecimento da cultura democrática.

Carol Couture oferece um amplo panorama da evolução da arquivística, da atuação dos arquivistas e da situação dos arquivos no Canadá, especialmente na província de Quebec, a partir de sua longa experiência profissional, seja no âmbito do magistério superior, seja por sua atuação internacional ou, ainda, pela atuação na direção de uma das principais instituições arquivísticas canadenses.

Ieda Pimenta Bernardes registra a experiência ímpar, no contexto brasileiro, do Arquivo Público do Estado de São Paulo na institucionalização do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp), com o desenvolvimento e a implementação de uma política de gestão documental que assegure o direito de acesso à informação.

Cláudia Lacombe apresenta a necessidade de se produzir e manter os documentos digitais confiáveis, precisos e autênticos para garantir o acesso à informação e a transparência da gestão pública e para que ocorra o fornecimento de informação confiável, tanto para o governo como para os cidadãos. Nesse contexto, a gestão dos documentos arquivísticos torna-se cada vez mais fundamental.

Wagner Ridolphi e Brenda Rocco colaboraram com as *resenhas* de dois importantes livros na área da arquivologia, cuja produção científica vem aos poucos sendo incrementada por resultados de pesquisas de pós-graduação. Tanto o livro de Angélica Marques como o de Rosely Rondinelli contribuem para o fortalecimento da autonomia científica da disciplina. Cabe destacar, ainda, que as autoras e os colaboradores são arquivistas, o que também evidencia um aprimoramento da área em termos de qualificação profissional.

Por fim, na seção *Documento*, o texto de Schellenberg não fecha, simplesmente, este número da revista *Acervo* dedicado quase que totalmente à arquivologia, aos arquivos e aos arquivistas. Na realidade ele nos proporciona uma reflexão, ou melhor, uma reanálise com os olhos do século XXI, dos problemas encontrados, não só no

governo brasileiro, mas, de uma maneira geral, em diferentes tradições arquivísticas, lá na metade do século XX, para que possamos identificar nossos avanços e conquistas, nossas carências e defasagens e, assim, escolhermos os caminhos que deveremos seguir, daqui por diante, para enfrentarmos os desafios impostos por uma realidade que está em constante mudança.

ANA CELESTE INDOLFO E VERA LÚCIA HESS DE MELLO LOPES